

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

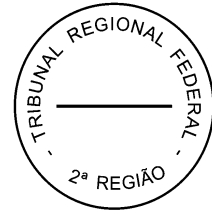
**13ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO, competência em
matéria previdenciária e propriedade industrial e intelectual**

Juiz Federal Titular: Drª Márcia Maria Nunes de Barros

Partindo de levantamentos realizados no Questionário Pré-Correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 03/08/2015 a 07/08/2015, a correição ordinária eletrônica da 13ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro, em decorrência da qual seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;
2. Retomar o andamento dos 15 processos parados entre 31 e 60 dias e 10 processos parados há mais de 60 dias;
3. Providenciar a juntada das petições pendentes, com especial atenção às petições localizadas no local virtual "PETIÇÕES DE PROCESSOS NO TRF", conforme indicado no item respectivo deste relatório;
4. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido;
5. Verificar a situação do processo nº 00445892119944025101, inserido na Suspensão (Aguardando pagamento de RPV), cabendo ao juízo adotar as providências pertinentes;
6. Verificar, ainda, a situação dos processos nº 00002649219934025101, nº 00287569419934025101 e nº



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00084151319944025101 inseridos na Suspensão (Outras Suspensões - Processos de Conhecimento), bem como dos processos nº 05059095520044025101 e nº 08066594220084025101, inseridos na Suspensão (Suspenso - aguardando julgamento de recurso);

7. Observar a correta classificação das sentenças com relação ao Tipo de Intimação, de forma a evitar a indicação como “vazias”;

8. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 182 processos com tal fase não informada;

9. Regularizar as informações sobre materiais apreendidos/acautelados no sistema Apolo, conforme indicado no item respectivo deste relatório.

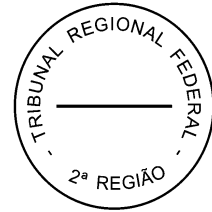
Considerando as recomendações *supra*, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Ofícios desta Corregedoria: TRF2-OFI-2015: nº 5466 (PRFN), 5468 (OAB), 5469 (DPU), 5471 (AGU) e 5472 (MPF), todos de 30 de março de 2015, comunicando a ocorrência desta Correição.

Conforme o Ofício nº 9943/2015 - MPF/PR/RJ/GABPC, de julho de 2015 e a Portaria PR-RJ nº 822, de 06/07/2015, a ilustre Procuradora da República Dr^a Ana Cristina Bandeira Lins foi designada para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Eletrônica na 13ª Vara Federal Cível do Rio de Janeiro, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representantes da PRFN, da OAB e da AGU.

➔ **ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJP e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

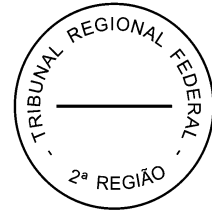
- Titular: Drª Márcia Maria Nunes de Barros (atuação desde 14/09/2001).

- Substituto: conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, *"até o dia 15/05/2015 não havia divisão interna dos feitos, uma vez que não dispunha este Juízo de Juiz Substituto. Nos termos da nº 341/2015, do Conselho da Justiça Federal, a partir de 16/05/2015 foi designada a Dra. Luciana Cunha Villar, Juíza Federal Substituta, para atuar no segundo período, compreendido entre os dias 16 e o último dia do mês. O critério de divisão interna dos feitos se dá conforme a numeração dos processos, desconsiderando o último dígito, cabendo à Juíza Titular os processos de numeração par e à Juíza Substituta os processos de numeração ímpar, nos termos das Resoluções Conjuntas da Presidência e Corregedoria do TRF/2ª Região nºs 1 e 3, de 09.04.2008 e 27.05.2008, respectivamente, e do artigo 7º da Resolução nº 001, de 20.02.2008, do Conselho da Justiça Federal."*

Fonte: Questionário Pré-Correição (itens 1.1 e 3.1).

➔ **ORGANIZAÇÃO**

Total de Servidores: 13



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 08

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 00

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 2.1).

➔ **ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)**

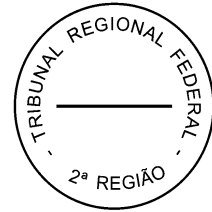
Acervo 1ª Instância e Juizados	Correição/2013	Correição/2015
Total	1.873	1.432
Suspensos	287	338
Ag. julgamento recurso	313	348
Tramitação ajustada	1.273	746

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período de 08/2014 a 07/2015, extraído em 03/08/2015.

➔ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS (art. 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (01/08/2014 a 31/07/2015): 6.642

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	3.066	46,16	03
Decisão	2.126	32,01	07



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Sentença	1.450	21,83	13
Total Geral	6.642	100,00	07

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 03/08/2015.

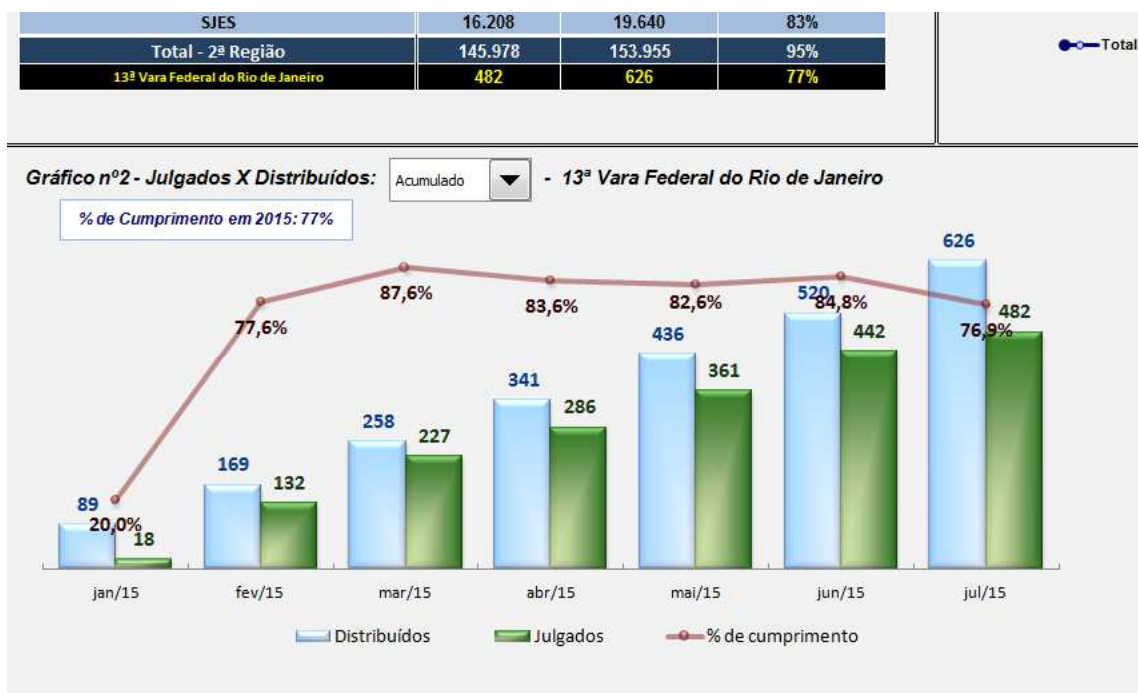
➔ **METAS DO CNJ**

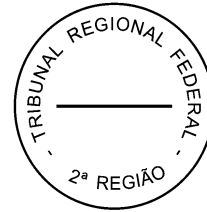
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário)

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 06/08/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 77%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias, extraído em 06/08/2015.

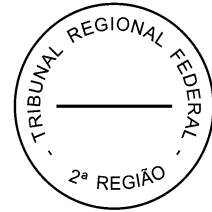
II – META 2/2015: julgar processos mais antigos

(Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Situação: de acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatística da 2ª Região, extraído em 06/08/2015, constam 04 processos pendentes de julgamento:

➔ **Autuados até 2008** - 01 processo, sem movimentação há menos de 100 dias:

08000236020084025101: ORDINÁRIA/PROPRIEDADE INDUSTRIAL. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO - PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO - PROCESSO DE CONHECIMENTO - PROCESSO CÍVEL. ANULAÇÃO DE PATENTE - PROPRIEDADE INDUSTRIAL - CIVIL. Autuada em 09/01/2008. Distribuída para a 13ª Vara Federal em 29/01/2008. Despachos em 15/06/2010, 15/09/2010 e 26/11/2010 para manifestação da parte autora sobre eventual interesse no prosseguimento do feito, tendo em vista o julgamento, pela 1ª Seção Especializada do TRF da 2ª Região, da Ação Rescisória (processo n.º 2007.02.01.006831-6). Suspensão em 04/02/2011, nos termos do art. 265 do CPC, para se aguardar decisão de instância superior. Reativação e despacho em 01/06/2015 para manifestação da parte autora sobre o interesse no prosseguimento do feito. Decisão em 01/07/2015 para concessão de prazo de vinte dias para tradução juramentada de documentos e intimação da perita para complementação do laudo pericial.



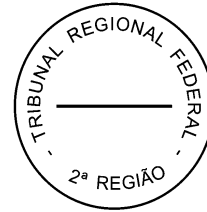
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Consta, como último movimento, a intimação por publicação em 05/08/2015.

➔ **Autuados até 2010** - 03 processos, sem movimentação há mais de 100 dias:

05291300920004025101: ORDINÁRIA/PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Procedimento Ordinário - Procedimento de Conhecimento - Processo de Conhecimento - Processo Cível. Anulação de Patente - Propriedade Industrial - Civil. Autuada em 26/10/2000. Decisão em 10/11/2005 indeferiu o pedido de antecipação de tutela ante a complexidade da controvérsia. Suspensão em 30/08/2007 para se aguardar julgamento de agravo. Reativação e decisão em 03/12/2010 para realização de perícia nos termos do julgamento do recurso. Despacho em 20/02/2015, designando audiência para 05/03/2015. Despacho em 25/02/2015, redesignando audiência para 07/04/2015. Realizada a audiência com determinação de prazo comum de 10 (dez) dias para as partes apresentarem alegações finais. **Consta, como último movimento, conclusão do processo para sentença em 20/04/2015.**

08046001320104025101: ORDINÁRIA/PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Procedimento Ordinário - Procedimento de Conhecimento - Processo de Conhecimento - Processo Cível. Propriedade Industrial - Civil. Autuada em 20/05/2010. Conclusão para sentença em 12/05/2014. Decisão em 28/08/2014, de julgamento convertido em diligência, para expedição de ofício à JUCESP para, no prazo de 20 (vinte) dias, encaminhar ao juízo cópia de contrato social da parte autora e posterior vista às partes, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias. Ato Ordinatório em 27/11/2014 para reiteração do ofício. Ato Ordinatório em 16/01/2015 para vista às partes, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias. **Consta, como último movimento, a conclusão dos autos para sentença em 03/03/2015, com minuta no sistema Apolo datada em 02/07/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

08014156420104025101: ORDINÁRIA/PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Procedimento Ordinário - Procedimento de Conhecimento - Processo de Conhecimento - Processo Cível. Anulação de Patente - Propriedade Industrial - Civil. Autuada em 01/03/2010. Decisão em 26/04/2010 indeferiu o pedido de antecipação de tutela ante a necessidade de manifestação dos réus. Conclusão para sentença em 02/12/2013. Decisão em 18/11/2014, de julgamento convertido em diligência, para manifestação do MPF ante o interesse público da demanda. **Consta, como último movimento, a conclusão para sentença em 12/01/2015.**

Fontes: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 21/07/2015, e consultas ao Apolo, posição até 06/08/2015.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

OBS.: Não se aplica à vara correicionada.

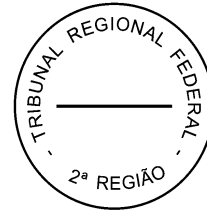
Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias.

IV - META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados):

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

OBS.: Não se aplica à vara correicionada.

Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

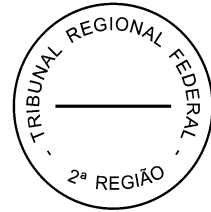
(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 06/08/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 106%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias.

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 03/08/2015, não constam processos pendentes de julgamento.

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição do juízo correicionado, *"a Vara possui 3 Ações Cíveis Públicas, todas sentenciadas, em fase de recurso."*

Fontes: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias e Questionário Pré-Correição (item 6.1.5).

VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

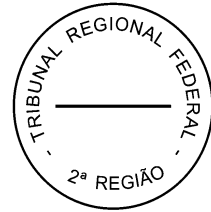
Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

OBS.: Não se aplica ao juízo correicionado.

Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias.

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CÍVEL
(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analizando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao período de 08/2014 a 07/2015, emitidos em 03/08/2015, verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:

Total: 00
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 00

. AÇÃO POPULAR:

Total: 00
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 00

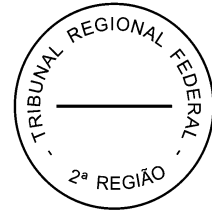
. AÇÃO CIVIL PÚBLICA:

Total: 00
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 00

**. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PREVIDENCIÁRIA:
Classe 6003**

Total: 02
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 02

Foram analisados os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0082076-15.2007.4.02.5151: autuada em 18/10/2007 e redistribuída por dependência em 03/05/2010; conclusão para sentença em 26/11/2014; prolação de sentença em 05/12/2014; publicação em 17/12/2014; consta, como último movimento, a baixa findo e a remessa interna para arquivar em 18/03/2015.

0535102-52.2003.4.02.5101: autuada em 18/11/2003 e distribuída em 18/02/2004; conclusão para sentença em 01/02/2006; prolação da sentença em 30/05/2006; publicação em 07/06/2006; remessa ao TRF da 2ª Região em 13/09/2006; reativação da suspensão por "aguarda decisão de instância superior" em 06/11/2014; consta, como último movimento, a baixa findo em 21/11/2014.

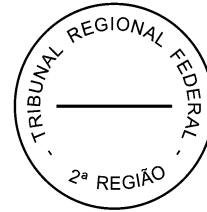
Mapas: Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Síntético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de 08/2015; Planilha Apolo Excel - Intimados, Portal de Estatísticas, acervo por classe e situação do processo, análise dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Sistema Apolo, posição em 10/08/2015.

→ AUDIÊNCIAS (DE 01/08/2014 A 31/07/2015)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 26 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 13/08/2014 e a última de 23/07/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1. INICIAIS (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Em 03/08/2015, às 16:08, foi encontrado o seguinte local virtual:

"CONCLUSÃO INICIAIS" - sem documentos.

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, *"foram distribuídos 87 processos a este Juízo no mês de junho (até 30/06). A servidora responsável pela análise das iniciais leva em média 2 dias para elaborar as minutas de despachos, decisões e sentenças e encaminhá-las para a mesa da Juíza. As iniciais são despachadas habitualmente dentro do prazo máximo de 5 dias, com algumas exceções diante de maior complexidade."*

Fontes: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e Questionário Pré-Correição (item 3.11).

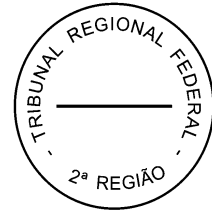
2. BALCÃO DE ENTRADA

Em 03/08/2015, às 16:12, com 20 documentos, sendo os mais antigos de 01/08/2015, sob os números 0072172-43.2015.4.02.5101, (0807864-04.2011.4.02.5101 - Local: 37) 2015.3000.633577-9 e (0048804-93.2008.4.02.5151 - Local: 37) 2015.3000.633673-2.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Analisados os locais virtuais, salvo melhor juízo, não se encontrou endereço eletrônico para as prevenções.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, "*as arguições de prevenção são despachadas rotineiramente no prazo de 48 horas, mediante a análise do processo preventivo e certificação nos autos.*"

Fontes: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 03/08/2015, às 16:24. Questionário Pré-Correição (item 3.11.1).

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Art. 227 da CNCR)

a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 00

b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 02

Verificados, por amostragem, os seguintes processos:

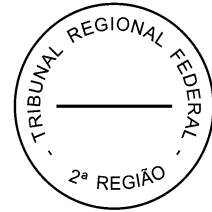
1) 08162096120084025101, concluso em 29/04/2015, sem minuta no sistema Apolo;

2) 01315878820144025101, concluso em 19/05/2015, com minuta de sentença tipo A no sistema Apolo.

c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 01

1) 08014156420104025101, concluso em 12/01/2015, sem minuta no sistema Apolo.

Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraído em 03/08/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 03/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO
(Art. 228 da CNCR)

TOTAL: 25

. ENTRE 31 E 60 DIAS: 15

Verificados, por amostragem, os seguintes processos:

1) 00131144620144025101 - último movimento em 08/06/2015:
juntada de petição;

2) 00480307220154025101 - último movimento em 02/06/2015:
certidão acesso eletrônico por confirmação (intimação);

3) 01273168020144025151 - último movimento em 31/07/2015:
certidão eletrônica decurso prazo autor;

4) 00454689020154025101 - último movimento em 30/06/2015:
juntada de petição;

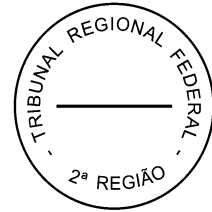
5) 00533206820154025101 - último movimento em 22/06/2015:
aguardando devolução de carta precatória.

. HÁ MAIS DE 60 DIAS: 10

Verificados, por amostragem, os seguintes processos:

1) 01471038520134025101 - último movimento em 17/07/2015:
certidão eletrônica juntada carta precatória, com diligência positiva;

2) 00587622020124025101 - último movimento em 28/05/2015:
aguardando devolução de carta precatória;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3) 01464253620144025101 - último movimento em 28/05/2015: aguardando devolução de carta precatória;

4) 00401814920154025101 - último movimento em 25/05/2015: aguardando devolução de carta precatória;

5) 00311076820154025101 - último movimento em 01/06/2015: aguardando devolução de carta precatória.

Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados (Classe Execução Fiscal), extraído em 03/08/2015, e consulta ao Sistema Apolo - módulo Secretaria, posição até 03/08/2015.

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS) (Artigos 180 e 318 da CNCR)

De acordo com o Mapa de Petições Pendentes do Sistema Processual Apolo, posição em **03/08/2015**, **aguardam juntada 12 documentos**, sendo os 07 (sete) mais antigos os seguintes:

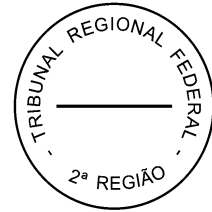
1) petição nº 2015.7152.037013-6, cadastrada em 20/07/2015, do processo nº 05241102720064025101;

Observação: processo com baixa desistência em 31/10/2006.

2) petição nº 2015.0037.000246-2, cadastrada em 22/07/2015, do processo nº 00003463119904025101;

3) petição nº 2015.7152.037523-5, cadastrada em 22/07/2015, do processo nº 05118473120044025101;

Observação: processo com baixa findo em 02/06/2015 e pedido ao Arquivo em 27/07/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4) petição nº 2015.7152.037879-0, cadastrada em 24/07/2015, do processo nº 05333253220034025101;

Observação: processo com baixa findo em 05/05/2010 e pedido ao Arquivo em 27/07/2015.

5) petição nº 2015.7152.038488-9, cadastrada em 28/07/2015, do processo nº 09269063819004025101;

6) petição nº 2015.7152.037473-5, cadastrada em 22/07/2015, do processo nº 05245156320064025101;

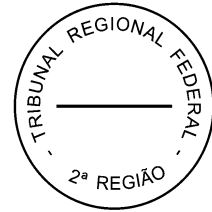
7) petição nº 2015.7152.037478-6, cadastrada em 22/07, do processo nº 05301571720064025101.

Analisados os locais virtuais, encontramos o endereço eletrônico denominado "PETIÇÕES DE PROCESSOS NO TRF" com 99 documentos, sendo o mais antigo de nº 2013.3000.102897-7, com entrada em 12/03/2013, do processo nº 0017489-61.2012.4.02.5101.

Fontes: Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 03/08/2015.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS (Artigos 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR)

Foram verificados (em 03/08/2015, às 17:37), por amostragem, os seguintes locais virtuais de prazo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- PRAZO INPI: com 26 documentos, sendo os 02 (dois) mais antigos de 10/07/2015, sob os números 0042893-12.2015.4.02.5101 e 0066047-59.2015.4.02.5101;

- PRAZO AGU: com 01 documento de 31/07/2015, sob o nº 0074778-44.2015.4.02.5101;

- PRAZO D.O.: com 75 documentos, sendo o mais antigo de 22/05/2015, sob o nº 0169865-61.2014.4.02.5101;

- PRAZO DEFENSORIA PÚBLICA: com 02 documentos, de 31/07/2015, sob os números 0018283-58.2014.4.02.5151 e 0078361-37.2015.4.02.5101;

- PRAZO INSS: com 168 documentos, sendo os 02 (dois) mais antigos de 05/06/2015, sob os números 0052836-53.2015.4.02.5101 e 0057530-65.2015.4.02.5101;

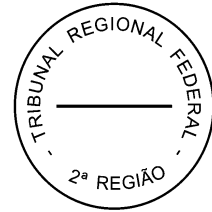
- PRAZO MPF: com 03 documentos, sendo o mais antigo de 06/07/2015, sob o nº 0162858-18.2014.4.02.5101;

- PRAZO MANDADO: com 13 documentos, sendo o mais antigo de 30/06/2015, sob o nº 0045468-90.2015.4.02.5101;

- PRAZOS DIVERSOS: com 11 documentos, sendo o mais antigo de 19/05/2015, sob o nº 0801439-92.2010.4.02.5101.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados (em 04/08/2015, às 10:14), por amostragem, os seguintes locais de cumprimento de ordem:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- EXPEDIR MANDADO: sem documento;
- EXPEDIR OFÍCIO: sem documento;
- EXPEDIR RPV/PRECATÓRIO: com 01 (um) documento, cadastrado em 03/08/2015, de nº 0020553-45.2013.4.02.5101.

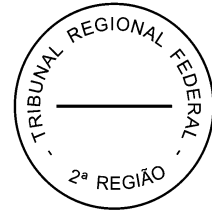
Fonte: verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)

- Total em 03/08/2015: 03
 - i. Segredo absoluto: 00
 - ii. Segredo do Sistema: 00
 - iii. Segredo de Peças: 03

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

- COM SEGREDO DE PEÇAS:
 - 00200842820154025101: informação no sistema Apolo e no Termo de Autuação;
 - 00395579720154025101: informação no sistema Apolo e no Termo de Autuação;
 - 00317441920154025101: informação no sistema Apolo e no Termo de Autuação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 04/08/2015.

10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR)

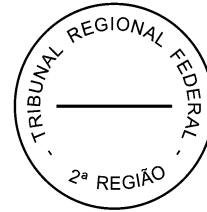
Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2014 a 07/2015
	Processos	5.918
	Boletins	154
	Média (Proc. / Bol.)	38,43
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,77

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 03/08/2015.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **93** processos com prazo vencido, na seguinte situação:

DESTINO	DATA DE EXPIRAÇÃO (processo mais antigo)	TOTAL DE PROCESSOS
AUTOR	30/05/1996	38
AGU	05/08/2015	01
INSS	10/01/1997	30
DPU	07/08/2012	03
INSS-AADJ	29/06/2012	07
PRF - Varas Cíveis (Capital) e INPI	04/08/2014	05
PRF - Varas Previdenciárias (Capital)	13/04/2015	08
INPI	07/04/2011	01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 05/08/2015, referente ao período de 01/01/1900 a 05/08/2015.

→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS

1. Número total de processos suspensos (em 03/08/2015): 686

2. Motivo da suspensão:

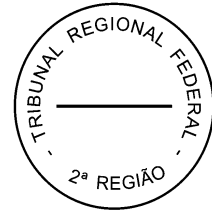
- Aguarda decisão de instância superior: 193
- Aguardando pagamento de RPV: 01
- Cumprimento Precatório/RPV: 260
- Embargos à Execução: 37
- Outras Suspensões - Processos de Conhecimento: 03
- Outras Suspensões - Processos de Execução: 10
- Outros - Fase Conhecimento: 23
- Outros - Fase/Processo Execução: 04
- Repercussão Geral (CPC, art. 543-B e §1º): 145
- Suspenso - aguardando julgamento de recurso: 10

3. Análise dos processos:

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo Excel, em 03/08/2015, verificou-se que são lançadas informações sobre o motivo da suspensão no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria- Regional, Provimento nº 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos a seguir:

a) Aguardando decisão de instância superior:

05124279520034025101
00321868819924025101
00443784720154025101
08131096420094025101
00085586019984025101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b) Aguardando pagamento de RPV

00445892119944025101

Observação

O processo possui a seguinte movimentação: concluso em 15/04/2009 com decisão de vista às partes no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, iniciando-se pela parte autora, para posterior expedição de ofício requisitório; remessa, carga para autor em 15/04/2009, e devolução em 04/05/2009; suspenso em 06/05/2009 e reativação em 10/11/2009; suspensão por aguardando pagamento de RPV em 19/11/2009; **remessa, carga para autor por motivo de vista em 07/04/2010. Consta, ainda, a expedição do Mandado de Intimação MAN.0037.000172-6/2015, em 02/07/2015, em face de advogado para devolução dos autos, tendo resultado negativa a diligência em 24/07/2015.**

c) Cumprimento Precatório/RPV:

08035181020114025101

00012627420044025101

00116566220124025101

00313631620124025101

08093817820104025101

d) Embargos à Execução:

00010688919954025101

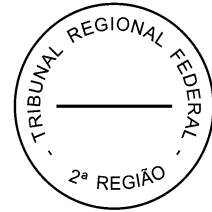
00037058020134025101

08067621520094025101

00317113420124025101

00043162919964025101

e) Outras Suspensões - Processos de Conhecimento:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00002649219934025101

Observação:

O processo possui a seguinte movimentação: concluso em 19/05/1999 com decisão de arquivamento e baixa na distribuição, devendo a Secretaria manter os registros de localização da caixa, até prescrição do título executivo; remessa, carga para autor por motivo de manifestação em 26/05/1999, e devolução em 18/06/1999; suspensão por outras suspensões - processos de conhecimento em 30/06/1999; redistribuição, suspensão por outras suspensões - processos de conhecimento e arquivamento em 04/12/2001; e por fim, juntada em 09/06/2010.

00287569419934025101

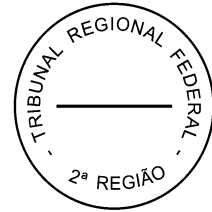
Observação:

O processo possui a seguinte movimentação: concluso em 13/07/1999 com decisão de arquivamento e baixa na distribuição, devendo a Secretaria manter os registros de localização da caixa, até prescrição do título executivo; baixa findo em 30/07/1999; reativação em 11/11/1999; concluso em 12/11/1999 com decisão de desarquivamento e concessão de prazo; remessa, carga para autor por motivo de manifestação em 16/12/1999; devolução, suspensão por outras suspensões - processos de conhecimento e arquivamento em 15/05/2001; redistribuição, suspensão por outras suspensões - processos de conhecimento e arquivamento em 04/12/2001; e por fim, juntada em 08/06/2001 e 09/06/2001.

00084151319944025101

Observação:

O processo possui a seguinte movimentação: concluso com decisão de incompetência e remessa para redistribuição em 16/07/2002; redistribuição em 14/08/2002 e em 21/05/2003; ato ordinatório em 23/06/2004 (*"A fim de viabilizar a inclusão da presente informação,*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

foi movimentada a rotina "pr 4". Por força da decisão proferida nos autos da restauração de autos n. 2002.5101509561-2 foi procedida a baixa no presente feito."); suspensão por outras suspensões - processos de conhecimento em 23/06/2004.

f) Outras Suspensões - Processos de Execução:

08135135220084025101
08106956420074025101
01360709820134025101
05112681520064025101

g) Outros - Fase Conhecimento:

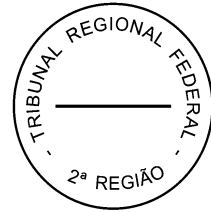
00251871719954025101
00257168420054025101
00326536620124025101
01024688220144025101
00006257420144025101

h) Outros - Fase/Processo Execução:

08135135220084025101
08106956420074025101
01360709820134025101
05112681520064025101

i) Repercussão Geral (CPC, art. 543-B e §1º):

05285798720044025101
08131693720094025101
00128936320144025101
00139147920114025101
00315320320124025101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

j) Suspenso - aguardando julgamento de recurso:

00749383119994025101

04902870420024025101

05076258320054025101

05059095520044025101

Observação:

O processo possui a seguinte movimentação: despacho em 01/12/2004, determinando a suspensão e que se aguardasse o julgamento do agravo de instrumento; e suspensão em 14/12/2005. Contudo, verificou-se, em consulta ao site do TRF da 2ª Região, que o recurso foi baixado do STJ em 31/03/2008 e, posteriormente, foi baixado à Vara em 27/10/2010, devendo, salvo melhor juízo, ser retomado o andamento do processo.

08066594220084025101

Observação:

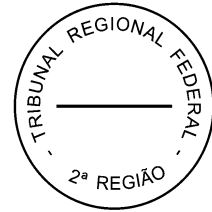
O processo possui a seguinte movimentação: despacho em 01/10/2009, determinando que se aguardasse o trânsito em julgado da decisão de fls. 430/436; e suspensão em 04/03/2010. Contudo, verificou-se, em consulta ao site do TRF da 2ª região, que o agravo de instrumento teve o trânsito em julgado e baixa definitiva à Vara em 10/02/2010, devendo, salvo melhor juízo, ser retomado o andamento do processo.

Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

➔ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.450



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

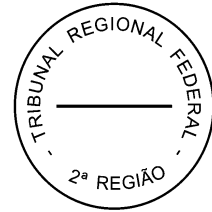
1. FINAL PAR: 706

- a. Convertidas em diligência: 36
- b. Embargos de declaração:
 - i. Em embargos de declaração acolhidos: 10
 - ii. Em embargos de declaração acolhidos em parte: 06
 - iii. Em embargos de declaração não conhecidos: 06
 - iv. Em embargos de declaração rejeitados: 42
- c. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/Transação homologada: 03
 - ii. Extinção da execução: 13
 - iii. Pedido improcedente: 169
 - iv. Pedido improcedente - dispensada a citação: 13
 - v. Pedido procedente: 49
 - vi. Pedido procedente em parte: 16
 - vii. Reconhecida Prescrição/Decadência: 02
 - viii. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 04
 - ix. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 01
 - x. Pedido procedente com Tutela Deferida: 62
 - xi. Pedido procedente com Tutela Deferida Parcialmente: 02
 - xii. Pedido procedente em Parte com Tutela Deferida: 39
 - xiii. Pedido procedente em Parte com Tutela Deferida Parcialmente: 05
- d. Sem resolução de mérito: 214
 - i. Desistência da Ação: 03
 - ii. Indeferimento da petição inicial: 03

e. Vazias: 08

2. FINAL ÍMPAR: 744

- a. Convertidas em diligência: 43
- b. Embargos de declaração:
 - i. Em embargos de declaração acolhidos: 12
 - ii. Em embargos de declaração acolhidos em parte: 06
 - iii. Em embargos de declaração não conhecidos: 03



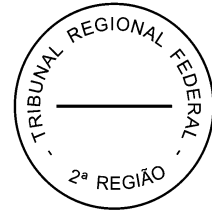
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- iv. Em embargos de declaração rejeitados: 46
- v. Embargos de declaração: 01
- c. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/Transação homologada: 01
 - ii. Extinção da execução: 11
 - iii. Pedido improcedente: 173
 - iv. Pedido improcedente - dispensada a citação: 18
 - v. Pedido procedente: 50
 - vi. Pedido procedente em parte: 18
 - vii. Reconhecida Prescrição/Decadência: 08
 - viii. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 04
 - ix. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 02
 - x. Pedido procedente com Tutela Deferida: 70
 - xi. Pedido procedente com Tutela Deferida Parcialmente: 01
 - xii. Pedido procedente em Parte com Tutela Deferida: 44
 - xiii. Pedido procedente em Parte com Tutela Deferida Parcialmente: 01
- d. Sem resolução de mérito: 211
 - i. Desistência da ação: 02
 - ii. Indeferimento da petição inicial: 02
 - iii. Terminativa - julgando extinto o processo: 01

e. Vazias: 16

**→ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇAS
(Res. 535/2006 do CJF)**

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0005626-40.2014.4.02.5101
0163924-33.2014.4.02.5101
0818327-39.2010.4.02.5101
0003381-56.2014.4.02.5101
0162858-18.2014.4.02.5101

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

0022805-21.2013.4.02.5101
0124504-21.2014.4.02.5101
0050156-32.2014.4.02.5101
0183344-24.2014.4.02.5101

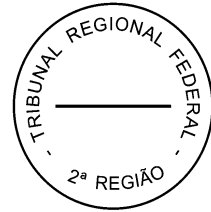
3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas - padronizadas):

0164677-87.2014.4.02.5101
0003795-54.2014.4.02.5101
0011714-94.2014.4.02.5101
0009558-02.2015.4.02.5101
0126206-02.2014.4.02.5101

4. Sentenças tipo C (sem julgamento de mérito):

0808650-48.2011.4.02.5101
0927540-34.1900.4.02.5101
0003403-28.1988.4.02.5101
0015213-57.2012.4.02.5101
0004167-72.1992.4.02.5101

Fonte: Mapas Planilha Apolo Excel – Intimados e Sistema Apolo - Secretaria - Estatística de Sentenças, extraídos em 03/08/2015 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 05/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

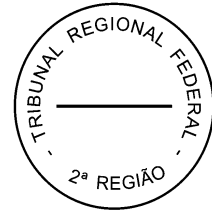
→ **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)**
(Art. 217 da CNCR):

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, "os processos são identificados e priorizados, com controle semanal."

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.3.2).

→ **LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE**

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, "os processos são organizados em duas áreas gerais, representativas da competência desta Vara: Propriedade Intelectual e matéria Previdenciária e, em cada área, pela ordem de conclusão e indicação da matéria específica para análise do corpo técnico (magistrada e servidores). Na área de Propriedade Intelectual: marcas, patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais, direitos autorais, por exemplo. Na área de Direito Previdenciário: benefícios por incapacidade (auxílio doença e aposentadoria por invalidez, processos de análise altamente prioritária); pensão por morte (também de alta prioridade); revisões de benefícios por índices legais e tetos constitucionais; desaposentação; aposentadorias, com ou sem reconhecimento de tempo especial; aposentadorias por idade; restabelecimento de benefícios suspensos pelo INSS (muitas dessas ações são mandados de segurança, ações prioritárias, por sua natureza jurídica). Cada área possui corpo técnico especializado dedicado a sua análise, levando em conta os fatores prioritários mencionados no item anterior. O corpo técnico possui versatilidade em sua competência para análise e processamento das demandas. Com frequência são realizadas reuniões para distribuição de tarefas e, no caso de acumulação de processos prioritários em determinada área, o corpo técnico costuma redirecionar o foco para proceder à análise desses processos. Eventualmente, diante do surgimento

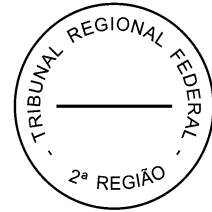


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

de temas repetitivos e (ou) de vanguarda, em relação aos quais ainda não há jurisprudência ou pronunciamento das instâncias superiores (como acontece com maior frequência na área do direito de propriedade industrial e pode corresponder a um novo fato ou tese jurídica), a magistrada costuma realizar reuniões com a equipe, nas quais são distribuídas tarefas de pesquisa doutrinária, legislativa e hermenêutica constitucional, para a formação de diretrizes, com o estabelecimento de critérios jurídicos objetivos a serem adotados. Desta maneira também é possível providenciar maior celeridade nas decisões judiciais em temas repetitivos e (ou) novos temas, o que possibilita a formação de decisões do tipo B2, como é o caso, por exemplo, de Desaposentação, “Tetos Constitucionais” (Direito Previdenciário) e Patentes sob o regime de Mailbox (Propriedade Industrial).”

Informou-se, ainda, quanto aos critérios de julgamento para os demais feitos que *“nas ações previdenciárias, prioridade para a ordem cronológica de conclusão, priorizando também ações coletivas, jurisdictionados de idade muito longeva, portadores de doenças graves, possibilidade de ocorrência de danos irreparáveis, homologação de acordos. Há também controle em relação a demandas que envolvam julgamento de improcedência de plano e celeridade no trâmite de processos que resultarão em sentenças do Tipo B2 (repetitivas), não sendo observada a ordem de conclusão nestas hipóteses, o que se justifica pela facilidade na elaboração de tais sentenças e pelos significativos resultados práticos decorrentes: rapidez na prestação jurisdicional e desejável controle do acervo. Nas ações de Propriedade Intelectual, os processos também são organizados por ordem cronológica, sendo fator determinante para a prioridade nos julgamentos a existência de risco de danos irreparáveis, lesão ao mercado, dado que a matéria pode envolver, não raro, monopólios de mercado pelo uso de privilégio patentário ou marcário.”*

Fonte: Questionário Pré-Correição (itens 3.3.3 e 3.3.4).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **EXECUÇÃO**
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

				Trâmite	Total
Processos	13ª Vara Federal do Rio de Janeiro	Com Sentença	Informada	196	196
			Não Informada	180	180
		Registro Sentença Antiga	Informada	1	1
			Não Informada	2	2
Total				379	379

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença, extraído em 10/08/2015.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO

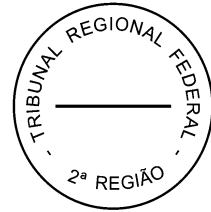
(de 01/08/2014 a 31/07/2015)

(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 663
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 737 dias
- c. Eletrônicos: 284
- d. Físicos: 379

- RPV's Juizado Especial:

- . Total do cadastro: 00
- . Cadastrados: 00
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- RPV:

- . Total do cadastro: 476
- . Cadastrados: 69
- . Conferidos: 01
- . Enviados: 406

- Precatório em Parcela Única:

- . Total do cadastro: 187
- . Cadastrados: 27
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 160

- Precatório Parcelado:

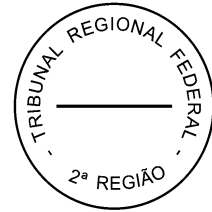
- . Total do cadastro: 00
- . Cadastrados: 00
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 00

Fonte: Planilha Apolo Excel - Precatório e RPV, extraída em 03/08/2015.

→ GRANDES DÉBITOS
(ARTIGOS 272 E 273 DA CNCR)

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, não foi relatada a existência de processos nesta situação.

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.4.2, d).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD
(Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2) E RENAJUD**

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, "*foram efetivados bloqueios no sistema BACENJUD nos processos 2010.5101.808594-8, 2001.5101.536389-4, 2008.5101.813421-7, 98.0030089-9, 2003.5101.536561-9 e 2002.5101.530858-9, no período de dezembro/2014 a junho/2015. Não houve bloqueios no sistema RENAJUD.*"

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.4.2, e).

→ **LEILÕES
(ARTIGOS 270 A 290 da CNCR)**

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, não foi relatada a existência de processos nesta situação.

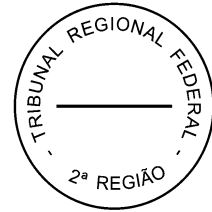
Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.4.2, f).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, não foi relatada a existência de processos nesta situação.

Da mesma forma, de acordo com o relatório de Consultas de Bens Penhorados extraído do sistema Apolo em 03/08/2015, não foi encontrado nenhum item.

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.4.2, g) e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR)

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, há 11 processos com bens acautelados/apreendidos.

Informou-se, ainda, que *"não existem, atualmente, bens apreendidos sob a guarda deste Juizado"*, e também que *"os bens acautelados não possuem conteúdo econômico nem são passíveis de perdimento ou expropriação. Encontram-se devidamente cadastrados no Sistema APOLO, vinculados aos processos de origem, sendo sempre informada a data da baixa quando da devolução à parte interessada."*

Todavia, o Relatório de Material Apreendido/Acautelado, extraído em 03/08/2015 do Sistema Apolo, apontou 61 registros de material, em 55 processos, não tendo sido verificado nos mesmos, salvo melhor juízo, conteúdo econômico nem que fossem passíveis de perdimento ou expropriação.

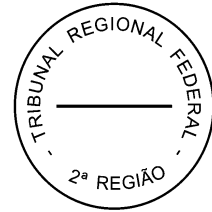
Observou-se, também, por amostragem, que há processos cujos cadastros não estão completos (sem localização) ou com informações divergentes (com localização na Vara e baixa), tal como ocorre nos de números 00037920220144025101, 00139522320134025101, 00140409520124025101, 00191792820124025101 e 00220128220134025101.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de Material Apreendido/Acautelado e consulta ao sistema Apolo, posição até 03/08/2015.

➔ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**

(Artigos 147 a 151 CNCR)

De acordo com o Questionário Pré-Correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

"Os livros e as pastas obrigatórios encontram-se regularmente em ordem, abertos, nomeados, numerados, rubricados e, os que chegaram ao final, devidamente encerrados, na forma da lei, quais sejam:

LIVROS E PASTAS MANTIDOS EM MEIO FÍSICO:

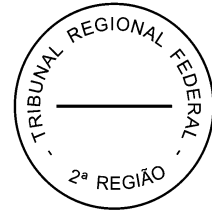
- a) Livro de Ponto dos Servidores;*
- b) Livro de Carga de Autos a Advogados, Partes e Auxiliares do Juízo;*
- c) Livro de Remessa de Autos aos Setores Administrativos de apoio: Contador/SEADI;*
- d) Livro de Entrega de Autos às Partes sem Traslado;*
- e) Livro de Carga ao Ministério Público;*
- f) Livro de Reclamações;*
- g) Pasta de Atos do Plantão;*
- h) Pasta de Relatórios de Inspeções do Juiz;*

PASTAS ELETRÔNICAS:

- a) Pasta de mandados;*
- b) Pasta de ofícios;*
- c) Pasta de Alvarás;*
- d) Pasta de Sentenças.*
- e) Pasta de Atas de Audiências."*

Por sua vez, nos termos do Relatório de Inspeção Anual (18 a 22 de maio de 2015), foi informado que "*foi observada a existência e foram vistoriados todos os livros e pastas obrigatórios, segundo a previsão constante da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª. Região – Provimento 011, de 04 de abril de 2011.*"

Fontes: Questionário Pré-Correição (item 5) e Relatório de Inspeção Anual de 2015 (item II.4).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **ESPAÇO FÍSICO**

De acordo com o Questionário Pré-Correição:

"Todos os feitos físicos se encontram adequadamente localizados em escaninhos, os quais estão devidamente etiquetados para facilitar sua visualização, bem como a identificação dos mesmos.

Os processos encontram-se alocados em estantes localizadas nas extremidades da Vara, fazendo com que tanto os Servidores que estão prestando o atendimento quanto o Diretor de Secretaria tenham uma visão geral da Vara.

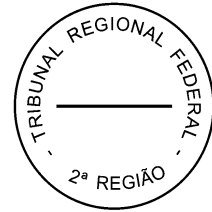
O mobiliário está em bom estado de conservação e adequadamente disposto, atendendo à conveniência da Secretaria.

Cabe relatar, no entanto, a situação inadequada da copa, utilizada para almoços e lanches. A mesma é desprovida de pia. Os pratos, copos e talheres utilizados são lavados no banheiro dos magistrados, pois os outros dois banheiros não possuem sequer uma bancada para apoiar os pratos.

Há apenas um banheiro para dois magistrados.

O bebedouro está indevidamente localizado na porta dos banheiros.

O fluxo do ar condicionado não é distribuído adequadamente, ocasionando temperaturas insuportáveis na sala de audiência, em dias mais quentes, e uma absoluta discrepância entre a temperatura dos diversos ambientes da Vara regularmente, e, em cada ambiente, ao longo do dia, de modo que é comum uma variação de sensação térmica de mais de 25 graus no mesmo período de trabalho– o que prejudica a saúde dos servidores."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por sua vez, nos termos do Relatório de Inspeção Anual (18 a 22 de maio de 2015):

"10. A organização da Vara:

Existem diversos locais virtuais para melhor divisão, adequação e processamento das demandas eletrônicas. Tais locais, devidamente verificados, um a um, estão em ordem.

Todos os feitos físicos se encontram adequadamente localizados em escaninhos, os quais estão devidamente etiquetados para facilitar sua visualização, bem como a identificação dos mesmos.

Os processos encontram-se alocados em estantes localizadas nas extremidades da Vara, fazendo com que tanto os servidores que estão prestando o atendimento quanto o Diretor de Secretaria tenham uma visão geral da Vara.

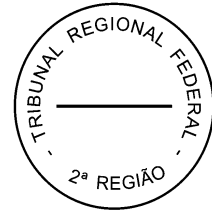
O mobiliário está em bom estado de conservação e adequadamente disposto, atendendo à conveniência da Secretaria.

As atribuições dos Servidores estão distribuídas de forma equânime, não havendo áreas de estrangulamento.

Há sistema de rodízio entre os Servidores para o atendimento no balcão e o horário de expediente homologado pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região é observado pela Secretaria, não constando prática de erros ou abusos que mereçam ser emendados.

Todos os Servidores usam o crachá de identificação durante a jornada de trabalho."

Fontes: Questionário Pré-Correção (item 4) e Relatório de Inspeção Anual de 2015 (item II.10).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

Metas de curto prazo (3 meses): julgar os processos conclusos para sentença incluídos na Meta de Nivelamento nº 2 do CNJ;

Metas de médio prazo (6 meses): cumprir integralmente a Meta de Nivelamento nº 2 do CNJ e manter os prazos de conclusão definidos pela Corregedoria;

Metas de longo prazo (1 ano): julgar processos distribuídos até 31.12.2013.

Fonte: Questionário Pré-Correção (item 6.2).

RELATÓRIO FINAL ELABORADO POR:

Patrícia Aparecida dos Santos Ferreira, Mat. n.º 15.641